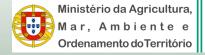




Seminário "Hortofruticultura 2020" - A PAC e as ORGANIZAÇÕES de PRODUTORES

A Posição de Portugal nas Negociações da PAC

Eduardo Diniz Diretor do GPP Seminário FNOP 12 Outubro 2012





ÍNDICE



1. Propostas da CE para a PAC — Principais elementos

2. A Posição de Portugal nas Negociações da PAC

3. Portugal na PAC — Situação atual e impactos; Perpectivas Futuras





1.

Propostas da CE para a PAC — Principais elementos

- Quadro Financeiro Plurianual;
- Pagamentos Diretos
- Organização Comum de Mercado
- Desenvolvimento Rural





Processo de negociação das propostas da PAC na UE

Negociação política comunitária ao nível de Conselho de Ministros de Agricultura e Comité Especial de Agricultura

Coordenação e representação nacional do GPP nos Grupos de Trabalho do CONS onde decorre a negociação técnica das propostas regulamentares:

- GT Questões Agrícolas Financeiras (AGRIFIN) Financiamento, Gestão e
 Vigilância da PAC
- GT Questões horizontais Agrícolas Pagamentos Diretos e OCM única
- GT Estruturas e Desenvolvimento Rural Apoio ao **Desenvolvimento Rural**

Mais de 70 dias de Reuniões dos GT desde Out 2011 com a PRES PL, PRES DK e PRES CY

Articulação com outras estruturas comunitárias, em particular com o Parlamento Europeu

Calendário de negociação

	ESP	1º Sem.	
2010	BEL	2º Sem.	
	HUN	1º Sem.	
2011	POL	2º Sem.	
	DIN	1º Sem.	
2012	CHIP	2º Sem.	
2013	IRL	1º Sem.	
	LIT	2º Sem.	
2014	GR	1º Sem.	

PAC PÓS 2013	QFP 2014-2012/ Quadro Estratégico Comum					
 Debate público sobre o Futuro da PAC 	- Estratégia Europa 2020 – Março 2010					
- Comunicação da CE – A PAC no Horizonte 2020 e Consulta Pública	Comunicação CE - Reapreciação do Orçamento Comunitário					
 Conclusões PRES CONS sobre a PAC Relatório PE sobre a PAC - Adoção 	 Relatório PE sobre o QFP - Adoção Proposta CE para o QFP 2014-2020 – 29 Junho 					
• Avaliação de impacto e Propostas legislativas (CE) PAC – 12 Outubro	 Propostas legislativas (CE) – Reg. Geral dos Fundos, Fundos, Política de Coesão 					
Início negociações no âmbito instituições europeias – PE e CONS						

ano
Continuação da negociação a nível político – Eventual acordo até final
Projetos relatórios PE – Junho
do CONS
CMA, CEA e Grupos de trabalho tecnicos

Negociação propostas regulamentares -

Negociação do QFP - CAG, COREPER, GAP, Comité Orçamental e Negociação propostas regulamentares Fundos - Grupos trabalho tecnicos do CONS

Continuação da negociação a nível político; **Eventual acordo QFP no CONS Europeu**

Acordo entre o Conselho e o PE sobre as bases jurídicas Preparação da regulamentação de execução comunitária e nacional

Início implementação novo quadro financeiro e político

Novembro





Principais elementos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 para a PAC

• Orientação e distribuição dos pagamentos directos:

- Convergência dos Pagamentos Directos, mas diferente entre EM e dentro do EM
- Greenning obrigatório no 1º pilar: 30% do envelope PD
- Apoio orientado para agricultores activos
- Regime simplificado para os pequenos agricultores
- Limitação do nível dos PD: degressividade a partir de 150.000 € e máximo de 300.000€

• Despesa de Mercado e mecanismos de crise:

- Actuais medidas reestruturadas
- Novo mecanismo emergência para situações de crise
- Alargamento da intervenção do Fundo Europeu de Globalização aos agricultores

Política de Desenvolvimento Rural:

- Alinhada com prioridades Europa 2020 e QFP e Focada nos resultados
- Quadro Estratégico Comum articulação com os outros Fundos UE
- Incentivo à investigação, inovação e transferência do conhecimento



Manutenção da arquitectura da PAC mas maior flexibilidade e articulação entre Pilares

Desenvolvimento Medidas de Mercado **Pagamentos Directos** Rural 1º Pilar 2º Pilar Flexibilidade Regras de Financiamento, Gestão e Controlo



PAGAMENTOS DIRETOS



Degressividade e limites máximos

(sobre o conjunto dos pagamentos acima de 150.000 EUR, com exclusão do pagamento ecológico)

Apoio ligado

- Ampla gama de sectores
- Até 5% ou 10% dos PD a decidir pelos EM, ou + com autorização COM.

Apoio aos Agricultores nas Zonas Desvantagens Naturais

Até 5% das dotações das AD

Regime para os jovens agricultores

- · Início da atividade
- < 40 anos

- · Até 2% dos PD
- Apoio durante 5 anos

Pagamento "ecológico"

- Diversificação das culturas
- Pastagens permanentes
- Área de interesse ecológico
- 30% do total dos PD

Regime de pagamento de base

- Pagamento nacional ou regional uniforme por hectare até 2019
- Dimensão mínima (PT: 200€ ; 0,3 ha)
- Agricultores Ativos:
- PD > 5% receita não agrícola
- Exercício de atividade mínima nas áreas elegíveis

- · Novos direitos em 2014:
- Activação direitos RPU 2011
- Produtores exclusivos frutas, hortícolas e vinha
- Área Elegível (SAU e outras...)

Regime para os pequenos agricultores

- Simplificação dos pedidos e controlos
- Pagamento igual por agricultor a determinar pelos EM: 500-1000 EUR e máximo 3 direitos (≈ 600€ PT).
- Adesão em 2014
- Até 10% das dotações dos PD

OU

43

%





Regimes de Ajuda Específicos



- Programas Operacionais hortofrutícolas
- Leite e Fruta escolar Aumento do financiamento e novas medidas disponíveis para financiamento UE
- Apicultura (PAN)

Melhoria da posição negocial da produção



- Reconhecimento de Organizações de Produtores, Associações de OP's e Organizações Interprofissionais para todos os setores
- Ligação aos fundos de desenvolvimento rural (medidas de arranque e cooperação)

Continuação da Orientação para o mercado



- Fim de certos regimes de ajudas (leite em pó, lúpulo)
- Fim das limitações à produção (quotas leite e açúcar, direitos plantação vinha)

Melhoria da Rede de segurança



- Ajustamento das medidas atuais de intervenção e armazenagem - Harmonização de intervenção pública e privada Alargamento das medidas excecionais de mercado a todos os setores
- Reserva financeira de emergência fora do QFP 2014-2020 para resposta a crises



DESENVOLVIMENTO RURAL



Novo quadro para o Desenvolvimento Rural

Estratégia Europa 2020

Quadro Estratégico Comum (QEC)

 abrange o FEADER, FEDER, FSE, Fundo Coesão e FEPM, e reflectindo UE2020 através objectivos temáticos comuns a ser alcançados através acções chave para cada um dos Fundos

Contrato de Parceria

- documento nacional evidenciando a utilização prevista dos fundos para atingir os objectivos EU 2020

Política Desenvolvimento Rural: FEADER

Outros fundos QEC

(FEDER, FSE, Fundo de Coesão e FEPM)

Inovação, Ambiente e Alterações Climáticas – temas transversais

6 Prioridades





DESENVOLVIMENTO RURAL



Elementos sensíveis na negociação

- Distribuição do FEADER entre EM
- Investimentos em Regadio
- Instrumentos de Gestão do Risco
- Instalação de Agrupamentos de Produtores
- Relação com o 1º Pilar e outros fundos estruturais



2.

A Posição de Portugal nas Negociações da PAC





Posição nacional no âmbito dotação PAC para 2014-2020

- Defesa orçamento forte para a PAC no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual (QFP 2014-2020)
- Maior equilíbrio na distribuição dos recursos do Orçamento Comunitário entre EM
 - 1º Pilar Obtenção de posição mais vantajosa para Portugal –
 Maior convergência dos pagamentos diretos (PD) entre EM
 - 2º Pilar Salvaguarda da atual posição relativa na UE alocação baseada em critérios objetivos e repartição atual





Proposta da CE - Posicionamento de Portugal

- ➤ **Distribuição do envelope 1º Pilar entre EM** Convergência insuficiente dos pagamentos diretos (PD) entre EM; Convergência interna com paralelismo
- ➢ Greening─ PT defende maior flexibilidade na definição do limite máximo nacional; maior flexibilidade e adequação à especificidade da agricultura mediterrânica
- ➤ Envelope 2º Pilar A atribuição de dotações FEADER aos EM deve basear-se na alocação histórica das dotações programadas
- Taxas de pré-financiamento Manutenção da atual taxa de 7% no FEADER
- ➤ Elegibilidade do Regadio PT defende elegibilidade de novos regadios e condicionantes de acesso para regadios existentes; Inaceitável proposta exclusão de novos regadios
- ➤ Apoio aos Instrumentos de Gestão de Risco PT defende taxa cofinanciamento mais elevada e uniforme para todas as regiões no âmbito seguro colheitas e alinhamento com os auxílios estado quanto às taxas de apoio





Principais elementos sensíveis da proposta da CE para a PAC – Posicionamento Nacional

> Apoio à Organização da produção

- Positivo o alargamento a todos os setores, das regras relativas a organizações de produtores e organizações interprofissionais, visando o reforço da competitividade e regulação mercado; com exceção do setor hortofrutícola, os instrumentos de apoio à constituição e funcionamento das entidades são remetidos para o DRural;
- Defesa da possibilidade de incentivo ao aumento da dimensão das Organizações de Produtores já existentes





Instalação de Agrupamentos de Produtores (art. 28.1 – Desenvolvimento Rural)

Proposta da CE

O apoio no âmbito desta medida é concedido para facilitar a *criação de agrupamentos de produtores* nos sectores agrícola e florestal

Posição da PRES

- Obrigatoriedade do carácter degressivo das ajudas
- Possibilidade de agrupamentos de produtores que foram reconhecidos como OP continuarem a receber apoios.

Posição Nacional

- O apoio para facilitar a criação ou o aumento de dimensão e de escala das organizações
 - Ganhos de dimensão aumento do nº de sócios ou valor da produção comercializada
 - Ganhos de escala associação, fusão, acordos ou integração vertical
- Apoio a organizações de produtores reconhecidas no âmbito das regras do Regulamento da OCM Única.



3.

Portugal na PAC – a situação atual e impactos Perpectivas Futuras





Dotações PAC em Portugal

Envelope PAC atual - Dotações anuais

Envelope PAC	Peso do	1º Pilar		2º Pilar	
anual da UE	envelope PT	UE	PT	UE	PT
62 724	2 19/	47 935	1.5%	14 789	4.0%
milhões Eur	2.1%	milhões Eur	1.5%	milhões Eur	4.0%

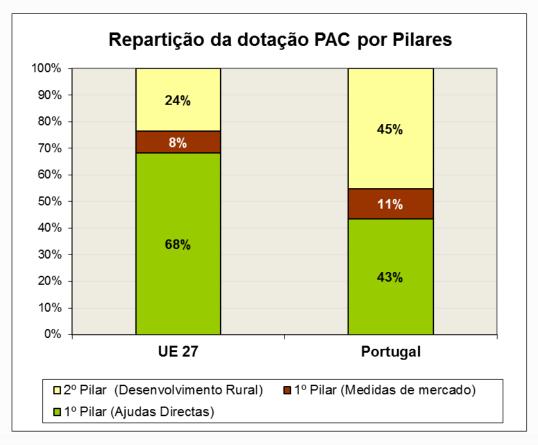
NOTA:

1.º Pilar: Média anual pagamentos 2007-2010 - Relatórios de Execução Financeira FEAGA, Comissão Europeia.

2.º Pilar: FEADER - Média anual programação 2007-2013







FONTE

1.º Pilar: Ajudas Directas - Cálculos GPP com base no Anexo IV do Reg. (UE) n.º 307/2011 da Comissão, de 29 de Março de 2011, que altera os anexos IV e VIII do Reg.(UE) n.º 73/2009 do Conselho; Medidas de mercado - Cálculos GPP com base em Relatórios de Execução Financeira FEAGA 2007 a 2010, Comissão Europeia.

2.º Pilar: Total 2013 - Cálculos GPP com base em Decisão da Comissão 2010/236/UE, de 27-04-2010;

NOTAS

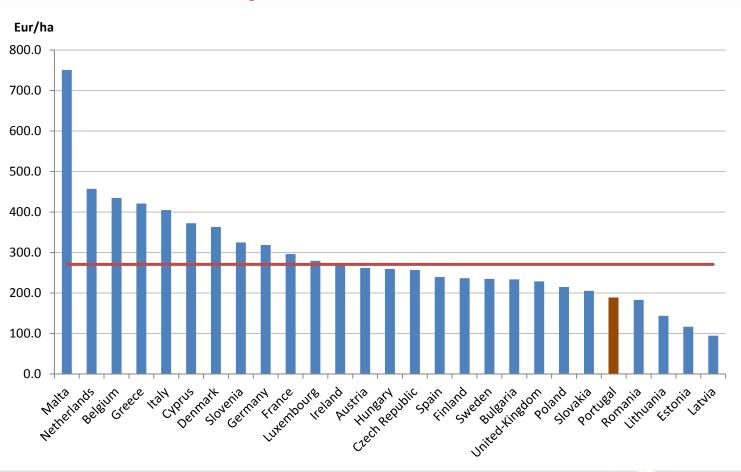
1º Pilar: Ajudas Directas - Limites máximos nacionais 2013 líquidos de modulação (2016 para BG e RO); Medidas de mercado - média pagamentos 2007-2009

2º Pilar: dotações programação 2013 (total 2º Pilar inclui Assistência Técnica e Rede Rural);





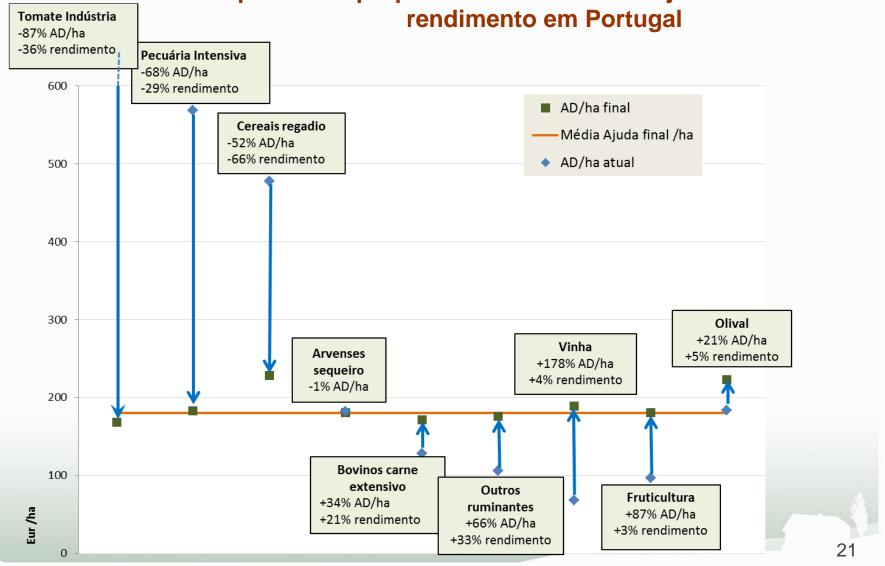
Nível de Ajudas Diretas /ha na UE







Impacto das propostas CE no nível de Ajudas Diretas /ha e rendimento em Portugal





IMPACTOS NO SETOR F&H - PD



Orientação Produtiva	Nº Ber	ıf	SAU		Area de hort	Área de hortofrutícolas		AD liq(2011)		PS 2º Pilar(ASA e MZD)	
Dominante	Nō	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	€	(%)	€	(%)	
Horticultura e Industria	203	0,1	6.613	0,2	1.887	1,5	2.353.127	0,4	178.163	0,1	
Tomate Indústria	380	0,2	21.538	0,7	14.339	11,5	25.449.143	4,5	23.495	0,0	
Plantas tuberosas	692	0,4	1.813	0,1	807	0,6	559.769	0,1	165.351	0,1	
Horticultura e Floricultura	962	0,5	9.206	0,3	3.556	2,9	1.950.432	0,3	559.100	0,3	
Fruticultura	8.895	4,8	66.495	2,2	46.513	37,5	7.335.776	1,3	16.259.465	9,4	
Sub total Explorações											
Especializadas	11.132	6,0	105.665	3,4	67.100	54,0	37.648.247	6,7	17.185.574	10,0	
Total	185.591	100,0	3.074.882	100,0	124.175	100,0	566.109.608	100,0	172.717.450	100,0	

Orientação Produtiva	AD liq(2013)		AD20	014	Variação			
Dominante	€	(%)	€	(%)	€	(%)		
Horticultura e Industria	2.333.952	0,4	1.093.246	0,2	-1.240.706	-53,2		
Tomate Indústria	25.185.693	4,5	3.542.635	0,6	-21.643.058	-85,9		
Plantas tuberosas	558.347	0,1	457.445	0,1	-100.902	-18,1		
Horticultura e Floricultura	1.940.733	0,3	1.626.064	0,3	-314.670	-16,2		
Fruticultura	7.313.640	1,3	11.216.262	2,0	3.902.623	53,4		
Sub total Explorações								
Especializadas	37.332.365	6,6	17.935.652	3,2	-19.396.713	-52,0		
Total	562.264.256	100,0	526.876.080	100,0	-35.388.176	-2,3		





aos PO

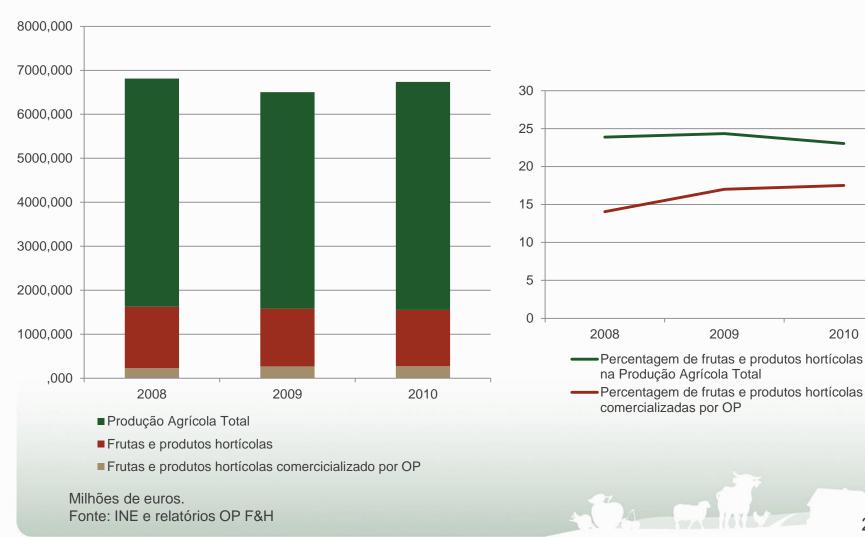
4. Setor Hortofrutícola — Organização da Produção e apoio

23





Dados setor hortofrutícola nacional e na UE

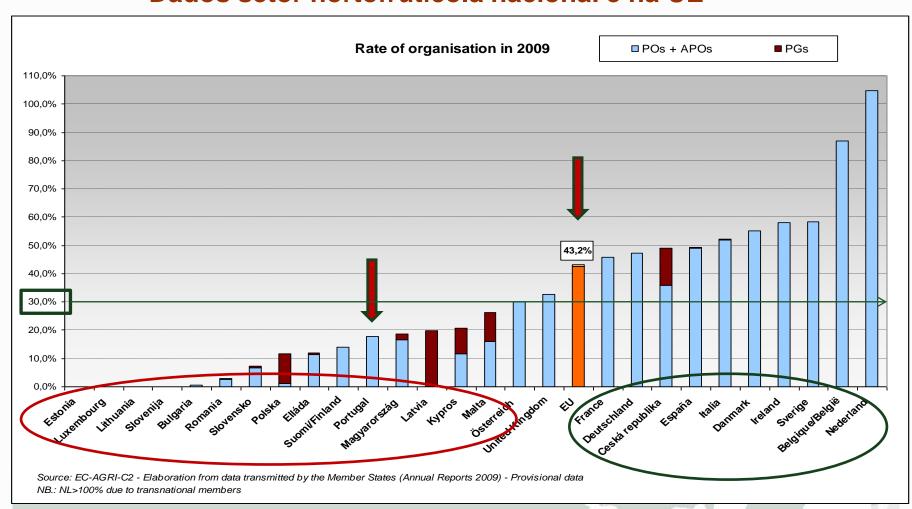


2010





Dados setor hortofrutícola nacional e na UE







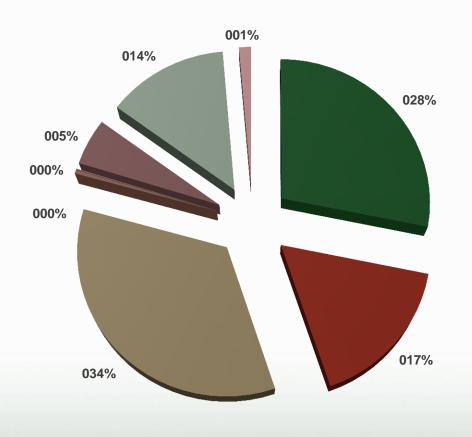
Utilização Nacional do regime de apoio aos PO de OP F&H







Utilização Nacional do regime de apoio aos PO de OP F&H



- Acções de planeamento da produção
- Acções de melhoramento ou manutenção da qualidade dos produtos
- Acções destinadas a melhorar a comercialização
- Investigação e produção experimental
- Acções de formação (não relacionadas com a prevenção e gestão de crises) e/ou acções destinadas a promover o acesso a serviços de aconselhamento
- Medidas de prevenção e gestão de crises
- Acções ambientais
- Outras acções





Futuro regime de apoio aos PO de OP F&H

- ➤ Discussão em paralelo com reforma da PAC, não integrada nos atuais trabalhos de revisão OCM Única. Debate público iniciado com questionário sobre evolução do regime irá resultar em proposta COM específica.
- Questões sensíveis para PT associadas ao nível de organização da produção para efeitos de AFN, articulação com DR e de aplicação geral do regime

Nível de organização da produção

- Aumentar limiar de 'baixo grau de organização' para efeitos de discriminação positiva no apoio UE ou nacional (aproximar à média UE p.ex. 30%)
- Escalonar valor de AFN para evitar supressão abrupta
- Igualar critérios para atribuição de AFN e reembolso UE

Articulação com DR

- Estabelecer limitação ao nível da exploração agrícola
- Permitir flexibilidade por parte da OP na opção de acesso ao financiamento
- Reforçar Medidas de Prevenção e Gestão de Crises específicas para o setor

Regime em Geral

- Manter nível orçamental de apoio
- Considerar apenas VPC de membros produtores para cálculo do FO e grau de organização
- Simplificação ao nível da gestão e da aplicação (relatórios, gestão financeira)
- Estabilidade na aplicação das medidas





Seminário "Hortofruticultura 2020" - A PAC e as ORGANIZAÇÕES de PRODUTORES

A Posição de Portugal nas Negociações da PAC

www.gpp.pt/PAC2013/